



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Cândido Sales

quarta-feira, 21 de dezembro de 2016

Ano III - Edição nº 00313 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Cândido Sales publica



Pca Moisés Félix dos Santos | 274 | Centro | Cândido Sales-Ba

www.pmcandidosales.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
1EEFF9C07FF74595450A10A620F00D81

Prefeitura Municipal de Cândido Sales

SUMÁRIO

- DECRETO Nº 208/2016, de 01 de dezembro 2016.
- PORTARIA Nº 1.310, DE 21 DE DZEMBRO DE 2016.

Prefeitura Municipal de Cândido Sales

Decreto



Prefeitura Municipal de Cândido Sales
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 208/2016, de 01 de dezembro 2016.

“Regulamenta o cancelamento dos restos a pagar, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Cândido Sales, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 101/2000 e ainda:

CONSIDERANDO o contido no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, especialmente no que estabelece seu art. 70, §2 do Art. 68;

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Executivo Municipal regulamentar a o Cancelamento de Restos a Pagar;

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Cameral TCM – BA nº 001/2016 – 1 C;

CONSIDERANDO finalmente que é preciso verificar se ocorreu qualquer interrupção no prazo prescricional, garantindo-se o direito adquirido e dano ao erário publico;

DECRETA:

Art. 1º - Os restos a pagar processados terão validade de 05 (cinco) anos, contados a partir da dada de inscrição do mesmo.

§ 1º - Expirado o prazo de validade dos mesmos, e, não havendo cobrança judicial e/ou administrativa, os restos a pagar processados deverão ser cancelados.

§ 2º - Para o cancelamento dos restos a pagar deverá ser aberto Processo Administrativo específico, nomeada a comissão processante e os credores deverão ser notificados

Página 1 de 3

Prefeitura Municipal de Cândido Sales



Prefeitura Municipal de Cândido Sales

Gabinete do Prefeito

via ar e/ou via publicação no instrumento oficial do município.

§ 3º - Para os casos em que houver aplicabilidade, deverá ser anexada a declaração do credor do débito, atestando que não existem pendências pecuniárias relativas ao débito cancelado.

§ 4º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, com fundamento no art. 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de marco de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

§ 5º - Os restos a pagar objeto de Cobrança Judicial, terão sua prescrição suspensa, por prazo indeterminado, até a decisão judicial efetiva, momento em que convertidos em Precatórios e/ ou RPV(requisições de Pequeno Valor) , deverão ser inscritos a conta específica de precatórios e ou pagos através de dotação específica de Sentenças Judiciais, momento em que deverão ser baixados os registros correspondentes, evitando a duplicidade de registros no passivo.

Art. 2º - Os restos a pagar não processados terão validade até o mês de junho do segundo ano subsequente a sua inscrição.

§ 1º - Os Restos a Pagar oriundos de contratos cujo o objeto não teve início durante o prazo de validade contratual e para os quais não houve aditamento, terão prazo de validade igual a vigência de Contrato.

§ 2º - Os restos a pagar que não forem objeto de ações, administrativas e judiciais, cujos contratos não tenham previsão de cláusulas restritivas de cancelamento unilateral, poderão ser cancelados em prazo inferior a validade estipulada no caput do presente artigo, desde que, baseados em termos de rescisão contratual.

§ 3º Os prazos de validade dos restos a pagar não processados poderão ser aditados, mediante interesse da administração, que deverá se pronunciar neste sentido até a data de vencimento estabelecida no caput. Uma vez vencida a validade, o prazo não mais poderá ser aditado.

Art. 3º - Fica desde já notificado todos os credores, do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 5 dias da publicação do edital correspondente

Prefeitura Municipal de Cândido Sales



Prefeitura Municipal de Cândido Sales

Gabinete do Prefeito

em cada exercício, requerer junto à Secretaria Municipal de Finanças a interrupção do prazo prescricional dos restos a pagar dos quais forem os respectivos titulares.

§1º Para solicitar interrupção do prazo prescricional, e/ou cancelamento dos restos a pagar o respectivo credor deverá apresentar:

- a- Documentação probatória de estar apto a responder pelo ente credor quando se tratar de pessoa jurídica;
- b- Documentação probatória dos respectivos direitos adquiridos, ai se incluindo, cópia do contrato, cópia da ordem de fornecimento e/ou serviço, comprovante da entrega parcial ou total dos bens e/ou serviços, cópia de aditamento de contratos;
- c- Documentação probatória de interposição judicial em seu favor e contra o município, onde se figure como objeto o referido direito adquirido através do contrato que deu origem ao resto a pagar;

Art. 4º A Prefeitura Municipal anualmente publicará Edital, acompanhado de relação de restos a pagar com identificação dos respectivos credores contendo o rol de restos a pagar a serem cancelados na seguinte forma:

I - Até o dia 30 de maio de cada exercício dos Restos a Pagar que sofrerem prescrição na forma dos art.(s) 1º e 2º deste decreto;

II - Até o dia 25 de dezembro de cada exercício para os restos a pagar a serem cancelados em função de prescrição de prazo contratual, cuja renovação não seja de interesse da administração ou de restos a pagar que embora vigentes os contratos, considerando o interesse publico, venham a ser rescindidos unilateralmente pela administração.

Art. 5º - Excepcionalmente para o exercício de 2016 as informações de que tratam os incisos I e II do art. 4, acompanharão como anexo ao presente decreto na data de sua publicação, sendo conferido prazo de 5 dias aos credores para se manifestarem contrariamente a prescrição e/ou cancelamento na forma do artigo 3º

§1º Aqueles que não estiverem em conformidade com o disposto acima, deverão ser ajustados no prazo e na forma do presente decreto.

Prefeitura Municipal de Cândido Sales



Prefeitura Municipal de Cândido Sales


Gabinete do Prefeito

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 e junho de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Cândido Sales-Ba., 20 de dezembro de 2016.

Prefeito Municipal
Hélio Fortunato Pereira

Prefeitura Municipal de Cândido Sales

 MUNICÍPIO DE CANDIDO SALES PREFEITURA MUNICIPAL CANDIDO SALES BAHIA 13.857.123/0001-95 Restos a Pagar Processados EXERCÍCIO DE 2016								
Empenho	Data	Favorecido	Dotação	Valor	Cancelamento	Pago no Mês	Pago até o Mês	Saldo a Pagar
Fonte recurso: 010000 - RECURSOS ORDINÁRIOS								
1390	01/04/2014	JOSUE MOISES NUNES COSTA	031001.0812200132.045.33903600000	550,00				550,00
TOTAL DA FONTE DE RECURSO:				550,00				550,00
Fonte recurso: 721900 - TRANSFERÊNCIAS FUNDEB (PARTE 40%)								
114	02/01/2014	ROQUE LACERDA DA SILVA E CIA LTDA	030602.1236100152.037.33903000000	34.849,00				34.849,00
1325	10/03/2014	CLARICE MENDES SANTOS	030602.1236100152.037.33903000000	1.422,44				1.422,44
TOTAL DA FONTE DE RECURSO:				36.271,44				36.271,44
TOTAL GERAL:				36.821,44				36.821,44

Emissão: 21/12/2016 11:46:17

Prefeitura Municipal de Cândido Sales

Portaria



Prefeitura Municipal de Cândido Sales ***Gabinete do Prefeito***

PORTARIA Nº 1.310, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

“Designa a comissão para assinar o termo de conferência de caixa e dá outras providências”

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÂNDIDO SALES, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a comissão para assinatura do termo de conferência de caixa do exercício de 2016.

Art. 2º. A comissão será composta dos seguintes membros: Geraldo Flores da Silva – Secretário de Finanças, Miraildo Campos de Sousa – Controlador Interno e Washington Ferraz Rodrigues – Secretário de Administração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Cândido Sales, 21 de dezembro de 2016.

Hélio Fortunato Pereira
Prefeito Municipal

**Praça Moisés Felix dos Santos, 274 – Centro – Fone / Fax (77) 3438-1041 / 3438-1141
CEP: 45.157-000 – CNPJ: 13.857.123/0001-95 – Cândido Sales - BA.**